Arquitetura Moderna Paulista, imaginário social urbano, uso e apropriação do espaço

Hélio Hirao

Arquiteto(1981) e Mestre em Arquitetura e Urbanismo (1990) pela Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da USP, Doutor (2008) em Geografia pela Faculdade de Ciências e Tecnologia da Unesp- Campus da Presidente Prudente SP.

Professor dos cursos de Arquitetura e Urbanismo da Universidade do Oeste Paulista- UNOESTE e da Faculdade de Ciências e Tecnologia da Universidade Estadual Paulista Julio de Mesquita Filho/ UNESP- Campus de Presidente Prudente SP.

Rua Beijamiro Batista de Alcântara, 200, Residencial Vivenda, 19060-690 Presidente Prudente SP, telefone (18) 39085698(fax), (18) 9702 2997

hirao.arq@gmail.com

hirao.arq@ig.com.br

Arquitetura Moderna Paulista, imaginário social urbano, uso e apropriação do espaço

Resumo

Olhar para a cidade a partir de seus edifícios para compreensão do processo urbano é o percurso proposto pelo encaminhamento desta pesquisa. Nesse sentido, a polêmica inserção da arquitetura moderna paulista no centro histórico de cidades médias é analisada integrando as perspectivas de Vilanova Artigas e Henry Lefèbvre. Assim, o ausente é a cidade que se nega como fenômeno social, a presentificação é o desenho (desígnio) e a superação é o projeto. Então, da percepção para a cognição do espaço urbano, passando pelas relações do lote e a rua, do público e o privado, da centralidade e o lugar, do conservador e o moderno, do clientelismo e as relações de poder, discuto o discurso e a prática dessa arquitetura. Esse desígnio se concretizou? A obra está fora do lugar? Com o apoio da linguagem do desenho e suas representações, no processo da práxis do urbanismo, mediado pela função social do urbanista, faço uma reflexão sobre a cidade concebida, vivida e apropriada, e do arranjo possível, portanto, da cidade da memória, da imaginação e a ser denunciada. A forma da cidade possui um conteúdo não utilizado a ser revelado. Portanto, a cidade é o lugar das possibilidades; sendo assim, a cidade da imaginação possibilita uma perspectiva da realização do desígnio de Artigas.

Palavras-chave: Espaço público e privado; imaginário social e urbano; escola paulista de arquitetura.

Abstract

Observing the city with the focus in its buildings in order to understand the urban process is the path that this research proposes. In this sense, the polemic insertion of the São Paulo modern architecture in the historical centers of middle-size cities is analyzed by integrating the perspectives of Vilanova Artigas and Henry Lefèbvre. Thus, the absence is the city as a social phenomenon, the materialization is the design and the overcoming is the project. Therefore, from the perception to the cognition of the urban space, passing by the relations between lot and street, public and private, centrality and the place, conservative and modern, clientelism and relations of power, I discuss the discourse and the practice of such architecture. Has such design been accomplished? Is the building out of place? Supported by the language of design and its representations, in the process of the praxis of urbanism intermediated by the urbanist's social role, I make a reflection about the conceived, the lived and the appropriated city, and the possible arrangement of the city of memory, of imagination and the one to be denounced. The shape of the city has a non-used content to be revealed. Therefore, the city is the place of possibilities. Thus, the city of imagination allows us a perspective of accomplishing Artigas' design.

Key-words: public and private space; social and urban imaginary; São Paulo school of architecture.

Arquitetura Moderna Paulista, imaginário social urbano, uso e apropriação do espaço

Introdução

Para sustentar ou refutar a hipótese de que o projeto arquitetônico estabelece uma tênue fronteira com a forma urbana, procuro referências no pensamento e obra de Vilanova Artigas e sua arquitetura como forma urbana, no modo como sua relação com a cidade define uma estruturação que não pode ser modificada, apesar das interferências que sofre, não modificam a essência do seu conteúdo. Procuro então, demonstrar que o projeto arquitetônico moderno paulista bem concebido pode proporcionar uma relação de continuidade do espaço público e do privado, como também contribuir para garantir a organização das mensagens publicitárias evitando a sua poluição e, conseqüentemente, proporcionando o ressurgimento do edifício e sua expressão no espaço público. Assim, a forma estética do ideário paulista da arquitetura moderna paulista, utilizando material no bruto, dificulta modificações significativas na sua configuração e conteúdo de possíveis usos e apropriações sócio-espaciais.

Depois, verifico Henry Lefèbvre e suas tríades dialéticas, percebo então, um encaminhamento convergente com o pensamento arquitetônico e urbanístico de Artigas. Desse modo, se com Lefébvre, o ausente é a cidade que se nega como um fenômeno social; com Artigas, a presentificação é o desenho e a superação é o projeto. Apóiam-se, por isso, na valorização das práticas socioespaciais e no historicismo para examinar a questão urbana. Nesse sentido, o desenho de Artigas não se completou nas cidades médias paulistas. O pensamento conservador de aparência modernista dos usuários dos espaços urbanos e as novas formas de produção desses espaços, conduzindo a uma segmentação socioespacial e a uma tendência à apropriação privada do espaço público levam, portanto, para a cidade do arranjo possível. Nesse contexto, o edifício modernista paulista como organizador do urbano, como indica os projetos de Artigas, permanece denunciando seu conteúdo, ou seja, as práticas sociais possíveis de interagir com as antigas, ali ainda presentes, para uma nova expressão do espaço público, para outra articulação do antigo e do novo, sem esquecer o imaginário social, com seus sonhos, desejos e anseios, essencial para indicar novas transformações urbanas.

Recorte espacial

Para este estudo, a escolha do recorte espacial partiu de uma analogia do recorte que Lemos (1981) faz no texto do debate sobre a inserção da arquitetura moderna em cidades do interior paulista. Como a concentração dessas intervenções ocorre no centro histórico, local onde se acham as edificações de representatividade histórica, registro dos diferentes

momentos e diferentes usos, como também, dos novos usos dos tempos modernos encontram-nas inadequadas a essas novas exigências apontando para a necessidade de readequações. Seleciono então, o centro de Presidente Prudente para desenvolver esta pesquisa.

Essa cidade, considerada cidade média, do oeste do estado de São Paulo, com 202.789 habitantes (IBGE, 2007), possui seu centro coincidente com o centro tradicional e histórico (WHITACKER, 1997), ainda carregado de simbologia, localiza-se num ponto elevado, local do encontro até o surgimento dos shoppings centers (1990). Ainda hoje, com essas características conservadas por algumas classes sociais e faixa etária, é uma área que continua como local que concentra, também, o poder político e o poder econômico. Esta questão remete ao conceito de centralidade, que convíve com o crescimento, deslocamento, estagnação, deterioração, preservação, revitalização e renovação.

Assim, o centro histórico da cidade de Presidente Prudente SP apresenta diversos edifícios públicos e privados que substituíram um casario tradicional. Essa Arquitetura possui características marcantes da Arquitetura Moderna Paulista, sob forte influência das idéias de Vilanova Artigas.

Vários discípulos e alunos de Artigas realizaram projetos em Presidente Prudente. As principais obras aconteceram a partir do final da década de 60: Prédio do Paço Municipal de Presidente Prudente, Biblioteca Municipal, Senac, Tênis Clube, Telesp e várias agências bancárias.

O edifício do Paço Municipal (Figura 1) concebido pelo arquiteto Wilson Edson Jorge, discípulo de Artigas, apresenta uma organização espacial pelas funções. De um lado, a Câmara Municipal, do outro a Prefeitura Municipal, no meio, o Hall (praça), iluminado zenitalmente, dando continuidade às relações do espaço público/ privado através de uma rampa aberta e um patamar generoso que reforça a sensação de abertura e a translucidez do edifício.

Hélio Hirao 2007

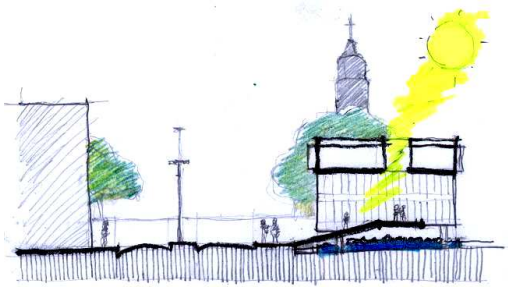

Figura 1: A continuidade espacial público/privado

O térreo com um espelho d' água com carpas (Foto 1), foi arranjado como um espaço livre de forma a ser cruzado livremente, formando uma continuação com a praça principal da cidade. E assim foi como podemos comprovar pelas diversas atividades realizadas em tempos

diferentes, tanto cívico, religioso como contemplativo com as crianças levando a família para ver as carpas do espelho d' água da Prefeitura.

O uso do concreto aparente, segundo Jorge foi utilizado como elemento integrador da textura do edifício e para evitar acabamentos adicionais. Desformado, ele próprio é o acabamento, é o ornamento moderno, uma vez que a forma de madeira deixa seu registro no concreto e isto é um ato planejado.

Arquivo Museu Histórico e Arquivo Municipal

Foto 1: A catedral, a Prefeitura e o espelho d' água.

Aspectos importantes da concepção inicial não foram concretizados. "Brises soleil" (protetores solares) estavam previstos em três faces do edifício, menos na parte frontal, fundamental para garantir o conforto térmico dos seus usuários. Percebo, hoje, inúmeros aparelhos de ar condicionado colocados de forma a interferir na composição do edifício, como também, a tentativa de colocar películas coloridas no vidro, tentando impedir a incidência direta dos raios solares. Experimentos em vão. Mas ainda é possível colocar esse detalhe no edifício.

Outro elemento ausente na construção foi um volume (prisma de base triangular) situado junto à avenida para se presidirem solenidades e desfiles. Essa particularidade, creio, reforçaria a continuidade público/ privado.

Para o arquiteto, a eliminação da iluminação zenital, a implantação de um corrimão sofrível na rampa, a eliminação do espelho d'água, que era um elemento importante para transmitir leveza ao volume da câmara, mostram uma absoluta falta de conhecimento desses atores que perpetraram esses absurdos.

Concordo plenamente com o arquiteto. É necessário adequar o edifício para as atividades que ele suporta, mas garantindo as qualidades que essa Arquitetura possui, ou seja, os desíginos da escola paulista de arquitetura. Ele próprio confirma a influência de Vilanova Artigas na sua formação e reafirma sua defesa intransigente em relação aos espaços públicos como elemento para o exercício da cidadania.

Com as reações de apropriação e prática cotidiana, seu desenho (desígnio) não se realizou! Essa edificação e seu entorno urbano redefinem a paisagem, com um conteúdo possível embutido, mas apropriado de outro modo. A idéia do espaço contínuo público/privado é bloqueada, é cercada. Um gradil metálico define e delimita o território, ainda que visualmente

mantenha certa continuidade visual. O muro seria muito pior. Enfim, o espaço como lugar concebido como público tem seu acesso controlado.

Além disso, os aspectos formais que qualificam o espaço e que têm grande potencial de possibilidades de transformar-se em lugar são substituídos e apropriados com outros usos como, por exemplo, a substituição do espelho d' água pelo estacionamento e o fechamento da iluminação zenital no hall de acesso, transformando a praça suspensa sobre esse espelho d' água, de transição público/privado apenas em circulação, ou num corredor de acesso para Prefeitura e Câmara Municipal.

O desenho/desígnio de Artigas não era baseado num mimetismo formal ou invenção gratuita; quer inspiração genial, mas numa analogia da sua vivência anterior, numa evolução apoiada numa pesquisa da morada paulista, como também, da adequação às novas tecnologias e novas formas de uso do espaço. Ao pensar a cidade a partir do edifício, numa relação de continuidade, de oferecer uma forma com um conteúdo potencial possível para a realização da vida, as pessoas poderiam se identificar e sentirem-se donas desses lugares. Nesse sentido, o desígnio de Artigas difere do idealizado pelo Modernismo Brasileiro ou Internacional. O prédio estava contextualizado na prática do vivido. Mesmo assim, o pensamento conservador e as suas raízes de uma sociedade patrimonialista e clientelista não realizaram seu desígnio.

Se Lemos (1981) faz uma defesa da preservação do conjunto arquitetônico da área central, de uma arquitetura simples, do necessário e possível da época, o caminho de Artigas não nega essa história. Pelo contrário, preserva os edifícios significativos desse conjunto. Esses edifícios não comportam os novos usos. Realiza uma releitura, como já vimos, faz sua adequação e propõe, sem descaracterizar um espaço, um conteúdo de valorização do espaço público pela prática cotidiana.

Artigas

Para Artigas (2004), o desenho é a linguagem que acompanha o processo do urbanismo, desde sua concepção, passando pela execução, uso e apropriação de uso do espaço, que volta como reflexão analítica, novamente para concepção. Nesse processo, além do racional, o sensível e a ação poética é o melhor caminho da expressão desses desígnios. É necessário, portanto, uma objetivação do sensível. Para ele, trata-se de um subjetivismo capaz de organizar o pensamento artístico.

Nessa relação de negação, afirmação e dependência da sensação e da razão, Artigas trabalha a questão da arte como conhecimento, produto cumulativo dos vários tempos e seus respectivos contextos econômico, político e cultural. É o desenho compatível com o

conhecimento técnico de sua época, indissociável dos que estão envolvidos nessa produção técnica.

A partir desse ponto de vista, para esse arquiteto, a adequação ao novo contexto está sempre fundamentada na reflexão da vivência das pessoas a partir de seu lugar e respectiva escala temporal.

Assim, o espaço público está relacionado com o privado. Então pensar a cidade numa sociedade fundamentada na propriedade privada não é negar o espaço público. Pelo contrário, Artigas concebe uma cidade a partir da edificação, numa relação de convívio e continuidade do espaço público, semipúblico e privado, integrados e contínuos.

Enfim, ao relacionar o desenho com a práxis, o projeto é expresso pelo desenho, e o desenho é a fundamentação do projeto. Vai além da obra. O ausente é a cidade que se nega como um fenômeno social, a presentificação é o desenho, e a superação é o projeto.

Lefèbvre

A centralidade é uma característica forte da cidade, que também está vinculada e integrada a suas funções, a suas estruturas e a suas formas. Essa centralidade exige conteúdo: justaposição, superposição de objetos, mercadorias e pessoas. A cidade se oferece como espetáculo. É a Festa. Ela reúne as diferenças, centraliza as criações. “(...) Nesse sentido, a cidade constrói, destaca, liberta a essência das relações sociais: a existência recíproca e a manifestação das diferenças procedentes dos conflitos ou levando aos conflitos” (LEFÈBRVE, 1991, p.111). A cidade reúne tudo, inclusive os símbolos e os signos. Os signos do urbano estão vinculados aos signos da reunião e as coisas que a permitem (a rua e a superfície da rua, asfalto, calçadas etc.) e das suas determinações (praças, luzes etc.).

O urbano é a forma pura, o ponto de encontro, o lugar da reunião, abstração concreta vinculada à prática. Também é cumulativo das coisas, objetos, pessoas e situações que se excluem e se incluem e se supõem enquanto reunidos.

Com a crescente industrialização e urbanização, a cidade adquire outro papel como lugar de consumo e consumo do lugar. A predominância do valor de troca em relação ao valor de uso implicará alterações na dinâmica social e na forma das áreas centrais das cidades.

O processo do desenho (desígnio) de Artigas, do projeto à obra, é permeado pelas representações. Constrói-se ou modifica-se o ambiente através de representações, desde a percepção da imagem urbana, com as informações convergindo para a mente num movimento constante e indeterminado de transformações, a partir da primeira. Nesse processo de representação, a linguagem revela a presença na ausência.

Essas representações devem exprimir as multiplicidades do vivido, a partir das práticas espaciais. E no plano teórico, essas práticas espaciais devem ser observadas e analisadas empiricamente, ao considerar essa vivência e a memória cotidiana produzida, sempre vinculada a um suporte social e a um conteúdo prático. A prática social atualiza o conceito de representação.

Através da obra, Lefèbvre esclarece a representação e a representação pela obra, que remete à prática, à produção e à criação. Considera a obra única, que transita entre a ausência e a presença, além das representações e diferente do produto, que fica entre as representações.

Assim, no mundo contemporâneo, com o poder das representações cada vez mais evidente, faz-se necessário relacionar a representação com a ideologia. O percurso do movimento contínuo e dialético da vivência com o concebido manifesta-se na obra ou no desenho (desígnio - Artigas). Se ela deve ser vista em toda sua amplitude, se explica pela prática criadora.

Lefèbvre (op. Cit., pg 63) apura sua análise ao relacionar a representação com o imaginário, que através da mediação das imagens examina a relação da consciência (reflexiva e subjetiva) com o real, com outro lugar e com outro corpo.

Ao olhar para o centro histórico de Presidente Prudente, a partir do ponto de vista de Lefèbvre, o ausente é a cidade que se nega como um fenômeno social. Pode-se completar, também, com Artigas, que a presentificação é o desenho e a superação o projeto, como já disse.

Cidade da memória

Assim, no processo permanente de transformação, o desenho da cidade é atualizado pela relação do vivido e do concebido, através da apropriação socioespacial. Nesse movimento, ela também é afetada pelas representações.

Na perspectiva dos seus habitantes, cada cidade tem seu aspecto formal característico. Como em Presidente Prudente, ele origina conseqüências no aspecto simbólico, como também sofre das representações que se fazem dele, e influenciam seu uso e apropriação, portanto, modificam esse desenho/ desígnio.

Desse modo, as pessoas percebem o mundo através das sensações que experienciam, através de suas formas e, em seguida, as representam em imagens. Para Moreira (1993), essas imagens comunicam a linguagem dos conceitos ou a dos significados. Então, o espaço é esse campo da imagem senso-percebida, dividido em espaço externo (mundo concebido) e espaço interno (mundo subjetivado), que inclui a relação sujeito e objeto.

Desse modo, ao associar o centro histórico de Presidente Prudente como lugar, no processo de construção de uma identidade, pode-se relacionar com a evocação de uma memória histórica coletiva: o produto das várias gerações anteriores materializada no espaço e defendida por Lemos, que questiona implantação de uma arquitetura moderna sobre esse conjunto de edifícios de interesse histórico.

A pertinência da questão da memória é bem lembrada por Jodelet (2002) no empenho de fomentar um progresso não destrutivo, não alienante. Ela afirma que ao unir de forma dialética o passado e o futuro, possibilita uma transformação que não se caracteriza como uma ruptura brutal, mas mantém o respeito pelo presente que encontra sua fundamentação no passado. Aponta para a importância da inter-relação causal ou significante entre espaço construído e os que ali vivenciam. Assim, associa memória, significação e identidade dos lugares. Como a compreensão da significação dos espaços é indicada pela cultura e história, as significações subjetivas de seus habitantes com seu espaço estão relacionados com a sua biografia e a história de seu grupo. Destaca-se a estreita relação entre memória e espaço, ao ressaltar a interdependência entre memória coletiva, imagens espaciais e uso e apropriação socioespacial.

A possibilidade de garantir a permanência desse conjunto arquitetônico do centro tradicional de Presidente Prudente pode estar nas colocações de Santos (1987), para quem a questão da preservação envolve duas óticas opostas em confronto: o da economia política e o da memória urbana. A economia política da cidade supõe o jogo das forças de mercado mais a regulação por ação ou omissão do Poder Público. A Memória Urbana pode ser herdada do passado ou simplesmente projetada no futuro.

E se o problema é o de encontrar as formas de intervenção adequadas, afinal a dificuldade é adaptar os antigos espaços, frente às novas necessidades: renovação e revitalização não podem ser consideradas obrigatoriamente antagônicas. É necessário que façamos uma regeneração que leve em conta as novas exigências da modernidade. Assim, “Mediante um projeto de renovação parcial bem concebido, é possível conjugar a produtividade espacial e o direito à memória” (SANTOS,1987).

Nessa análise, considera-se que no processo de uma nova estruturação dos espaços centrais desta cidade, a participação da população através do uso e da apropriação e no

processo de concepção, torna-se fundamental. Pode não ser a melhor opção para a sua evolução, mas com certeza será o desejo e o anseio da maioria dos atores produtores e usuários desse lugar como expressão cultural no caminho da sua identidade e possuir a sensação de pertencer a esse contexto.

Portal nosso São Paulo

Hélio Hirao

Fotos 2, 3 e 4: O Hall como acesso, circulação e permanência.

A outra possibilidade, materializada nesse espaço, a proposta do caminho paulista de arquitetura, mesmo transformada, modificada pelo uso e apropriação, na essência mantém suas características principais. Veja o caso da Prefeitura Municipal (Fotos 2 a 4). Não obstante as intervenções realizadas, o hall de transição público/ privado, concebido como uma continuação da praça adjacente continua sendo vivenciado no dia-a-dia. Além de acesso, circulação, continua área de permanência e do encontro. Da mesma forma, o desenho do Banespa da Rua de Pedestres (Foto 5), mantém os desígnios concebidos, articulando circulação, acesso e vivência. Demonstra, assim, as possibilidades dos conteúdos dos espaços construídos serem usados e apropriados, tornando seus habitantes, os atores principais do processo de transformação dos espaços públicos.

Cris Cestari 2008

Foto 5: O edifício (Banespa) e a rua - espaço concebido como vivência e circulação

Desse modo, os usos e costumes que os habitantes fazem dos seus espaços, também pertencem ao Patrimônio Histórico e Cultural, como são também, produtos das relações das vivências anteriores. Ao caminhar pela área central da cidade de Presidente Prudente, características da cidade antiga ainda são perceptíveis: a praça com a fonte e os pombos. Levo, aos domingos, minhas crianças, como muitos outros pais, para ver o movimento e o barulho das águas, o revoar dos pombos, mas também para a praça da memória, como local do encontro, do espaço vazio entre as edificações, com equipamentos que ainda existem, como o pipoqueiro e o garapeiro que teimam em vender seus produtos, mas sem o som do coreto e do lambe-lambe,

afinal a máquina fotográfica agora é digital. Mas as pessoas que vejo ao redor são idosas e de uma classe menos privilegiada, que jogam cartas em mesas de concreto e outros sentados nos bancos, olhando para o infinito. Eventualmente, a praça é ocupada por atividades artísticas. Esses espetáculos manifestam o conteúdo desse lugar como expressão cultural do espaço público .

Sobarzo Miño (2004) constata uma sociabilidade segmentada, com o abandono dessa área por parte da população e apropriação pelas classes média e baixa, que com o uso cotidiano dá expressão a esse espaço. Caracteriza-a, assim, como lugar, distinguindo uma identidade e permitindo seu reconhecimento. Lembra, ainda, que certas atividades não se mantiveram, como o "footing", cujo percurso significava uma forma de apropriação do espaço público e interligava a esfera do público e privado no sentido que propiciava, na trajetória das pessoas, a integração com os edifícios privados de acesso público como cinemas, bares e café.

Ora, essas práticas também se transformam ou se deslocam; nesse caso, para os espaços privados fechados e monitorados, mas de acesso público como o Shopping Center. Um exemplo disso verificou-se quando da comemoração de aniversário do Bar Cruzeiro do Sul que não existe mais, mas permanece na memória das pessoas que vivenciaram esse espaço ou que ouviram histórias sobre ele. Em vez de ocorrer no seu espaço original, o centro da cidade, recriaram um modelo no espaço fechado do Shopping Center, enquanto o prédio original está abandonado e apenas parte dele usado por uma lanchonete, agora, fast food. Seu protótipo tentou recriar o ambiente, que não existe mais; pelo menos uma mesa que foi utilizada por políticos da época serviu de referência histórica. Transferiram o ambiente, esqueceram do edifício. O uso e apropriação são distintos do original. Estão apenas na memória, logo estarão registrados nas instituições de memória, como o Museu e Arquivo Municipal. O edifício está inadequado, ou não descobriram o potencial que esse espaço possui para adequação aos novos contextos. E os usos se transformaram. Mas ainda existe. Nesse mesmo espaço, o Bar Tio Patinhas ainda mantém as particularidades do lugar de encontro e de certo conteúdo do antigo "footing" da praça, agora inserido nesse processo de sociabilidade segmentada, com a freqüência de parte da sociedade local. Continua como referência das atividades de comércio e lazer na área central.

Nesse sentido, outros usos permanecem na cidade contemporânea. Outro exemplo é o do senhor (Foto 9), que na sua sala, realiza seu ofício costurando roupas numa máquina antiga, e calmamente testemunha através de uma generosa abertura (janela) para a rua, a diversidade das ações das pessoas com seu espaço público. O ritmo rápido das que circulam para logo chegarem a seu destino, o ritmo lento das que ali contemplam e convivem, sem pressa, e as que conciliam os dois ritmos ao mesmo tempo. Tem a necessidade de estar no interior e estar no exterior no mesmo momento, como, a partir do espaço privado interagir com o espaço público. Assim, pertencer à expressão do espaço público, como também, sua mente deve levar a imaginar o espaço social ideal. Uma vez que, na ação de perceber a cidade, num processo de

seleção e reconhecimento, constrói esse objeto simbólico, e nesse caminho subsiste um componente do imaginário (SILVA, 2001, p. 47).

Cidade da imaginação.

As intervenções na cidade modernista recebem críticas, propostas progressistas ou culturalistas. São acusadas de transformarem o espaço urbano em simulacros, em espaços falsos que fingem ter o que na verdade não tem. Utilizando Camilo Sitte, Pintaudi (1997, p.216) reforça que a cidade deveria expressar os símbolos e mitos de um povo, sua visão de mundo e história, em vez das impositivas cidades planejadas nas pranchetas dos arquitetos e sanitaristas, baseadas em estéticas ligadas a traçados regulares e produtoras de paisagens monótonas, apoiadas nos princípios modernistas da Carta de Atenas.

Por sua vez, se considero a cidade como local das diversidades, ela é uma obra coletiva construída ao longo do tempo, que espacializa as relações dos usos e apropriação socioespacial do cotidiano e seus objetos sociais. E nesse processo de materialização da cidade, o concreto assume o valor simbólico, cada lugar apresenta-se carregado de afetividades e simbologias.

Para Pintaudi (1997), dentro do contexto atual de uniformização e mundialização dos imaginários, é no lugar que ele, ao concretizar de maneira fragmentária pela apropriação cotidiana, adquire uma identidade diferenciada que contém as possibilidades de mudanças e esperanças.

A imaginação possibilita a consciência de produzir os objetos imagináveis, ou seja, objetos em imagens. Essa imagem é diferente do percebido porque é inobservável, e sua presentificação constitui-se num análogo do ausente (GUIMARÃES, 2005). Nesse processo, relaciona-se o ausente com o inexistente. Assim, perceber a cidade, por exemplo, é relacionar-se com sua presença e usos e apropriações (prática e simbólica) de seu espaço, percebido, ou com uma cidade ausente e inexistente, que ainda não foi construída e forma apenas uma cidade possível. Nesse sentido, a imaginação proporciona a criação de um tempo futuro no campo das possibilidades.

Sua ligação com o mundo real realiza se no confronto dentro do espaço da cidade, fonte inesgotável de signos e símbolos, manifestados no seu uso e apropriação. Dessa forma, a imaginação é fundamental para a transformação dos espaços urbanos, como verifico em Balandier (1999) em que o “imaginário permanece mais do que necessário, sendo de algum modo o oxigênio sem o qual toda a vida pessoal e coletiva se arruinaria”. Sem essa perspectiva dos sonhos, dos desejos, anseios e fantasia, a cidade, apenas do ponto de vista da vida prática se

apresenta, por demais, tediosa e previsível, como no caminho imposto pela cidade modernista e da Carta de Atenas.

Silva (2001) sustenta uma percepção imaginária correspondente a um nível superior de percepção. Isso significa analisar, além da percepção, como registro visual, as colocações ou relatos de um ponto de vista de um observador, ou segundo o patrimônio cultural implícito na imagem. A percepção imaginária para esse autor, verdadeira ou não, inconsciente, é afetada pelas interseções fantasiosas da sua construção social e recai e influencia as ações dos cidadãos com sua cidade.

Para Artigas (2004), a relação do utopismo com a realidade legitima o artista, no ambiente em que vive, como um protesto contra a realidade que vive. Considera como única, a reserva que possui para transmitir para o futuro com sua imaginação e criatividade de artista, sem ter compromisso total e evidente, concreto e objetivo com um momento histórico.

A cidade imaginária de Artigas apóia-se no modernismo internacional, e num processo de reflexão crítica, assentada na sua experiência prática de arquiteto e artista. A formação do pensamento teórico do professor e mestre, fundamentada na sua atuação política como cidadão, concilia arte e técnica no contexto da realidade brasileira e paulista. Pensa a cidade a partir do edifício, mediada pela continuidade do espaço público/ privado, baseada numa releitura da prática socioespacial cotidiana anterior e na evolução da técnica construtiva adaptadas às condicionantes do lugar como clima, topografia e entorno construído e não construído. No seu desenho, não apenas preenche os vazios entres os edifícios com equipamentos, mas com um conteúdo artístico das formas de apropriação socioespaciais concebidas a partir da análise da vivência anterior, assim como do seu imaginário.

Dessa maneira, posso realizar um esboço da cidade imaginária do pensamento de Artigas para o centro histórico de Presidente Prudente, o desenho dessa cidade parte da edificação, articulando o espaço privado e público numa relação contínua: as praças Nove de Julho, Mosenhor Sarrion e Paço Municipal integrados e entregues aos pedestres (Figura 2). O prédio da Prefeitura com o espelho d' água e a iluminação zenital de volta, terá o estacionamento deslocado para os terrenos adjacentes, que atualmente abrigam estacionamento particular.

Hélio Hirao 2008

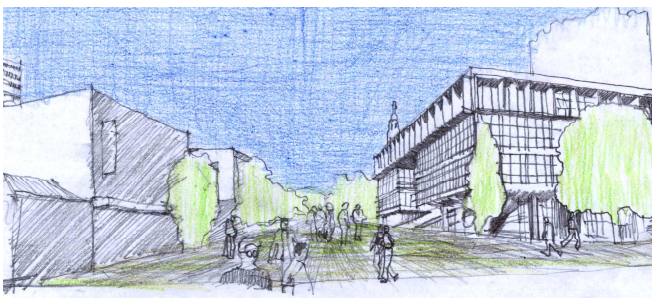

Figura 2: A continuidade do edifício e a praça.

Os departamentos da Prefeitura adequados ao espaço físico existente permanecem e garantem as funções de governo e atende a uma diversidade socioeconômica. Os outros serão transferidos para outros locais. Os meios das quadras seriam abertos na área central, quando ociosos e sem edificações de interesse do Patrimônio Histórico, possibilitando, assim espaços públicos, como lugares expressivos das relações sociais e possibilitam a leitura dos vários tempos, numa articulação entre o velho e novo. Possibilitam, então, novos espaços privados no alinhamento desses espaços públicos que podem fornecer recursos financeiros para execução dessas modificações.

Os edifícios históricos recuperariam suas vistas com a retirada dos painéis publicitários, devolvendo a expressão da arquitetura ao espaço público, bem como seus espaços adequados às funções urbanas atuais e ajustadas às necessidades das novas tecnologias.

O espaço da rua com uma cobertura leve interligando edifícios, alternando com vazios para favorecer a ventilação, objetiva proteger as pessoas do clima hostil do local. Favorece, assim, a criação de lugares com movimento de água como fontes, chafarizes e espelhos d' água para uso e apropriação do pedestre. O espaço público ocupado com equipamentos baseados em análises de vivências anteriores da região, assim como dos imaginários desejados, permitiria uma identificação e facilitaria a vivência.

O shopping popular transferido para uma edificação apropriada, ou com a volta de sua característica temporária, com barracas montadas só a determinadas horas do dia, possibilitaria devolver a Praça da Bandeira às pessoas e conciliaria a praça e o comércio popular.

A função habitar seria favorecida, bem como a manutenção dos usos existentes, como sede regional dos bancos e instituições, cartórios, hotéis, comércio, serviços, entre outros, para garantir a expressão urbana dia e noite.

Cidade a ser denunciada

Se a cidade prioriza automóvel, expulsa os pedestres. Entretanto, ela, como os edifícios, como os carros, como os pedestres são interdependentes e necessários. O espelho d' água do Paço Municipal de Presidente Prudente ficou na memória dos habitantes com mais de 30 anos; os outros apenas ouviram falar dele e vêem um estacionamento árido e monótono, sem os peixes que ali habitavam e que proporcionavam expressão a esse lugar, atraindo as crianças e como conseqüência, seus amigos, pais, tios, avós. Ainda assim, veja no imaginário de Estefânia Corte, com menos de 30 anos, aluna do primeiro ano do curso de Arquitetura e Urbanismo da UNOESTE através de seu desenho de percepção visual (Figura 3), onde o jardim substitui o concreto do piso do estacionamento, a praça adentra, todavia a grade delimita seu território. Expressa essa cidade do arranjo possível. Mostra a Arquitetura e o Urbanismo concebidos pelo caminho paulista de arquitetura, de um edifício aberto para a cidade, mas igualmente se contradiz;

seu uso e apropriação contestam essa característica. Ainda assim, do mesmo modo, a idéia de praça está contida, por mais que tentem negar; ela convida a Praça Nove de Julho a adentrar seu hall/ praça e vice versa. O espaço privado deseja ser público, mas coexiste a intenção de negar. Comparece, então, nesse desenho, a denúncia do projeto de Jorge, e o desígnio incompleto de Artigas.

Estefânia Corte 2007

Figura 3: A cidade e a Prefeitura, o imaginário da relação público/privado.

O desenho com o pensamento de Artigas compreende e denuncia um conteúdo socioespacial possível de ser apropriado. Mesmo numa sociedade conservadora, com anseios modernistas, é um caminho que se revela. Nesse sentido, a participação dos habitantes da cidade, com sua vivência prática e simbólica, com seu imaginário social, torna-se, assim, fundamental para a definição dos seus destinos.

Análises conclusivas

Como já visto, o desenho como desígnio surge como mediação entre o concebido e o vivido. A obra organiza-se no percurso da práxis e do saber. Sua forma vincula-se com a função e sua rede de comunicações. Para a construção do lugar, é necessária a interlocução do espaço com a prática social. E como o espaço socialmente produzido surge da relação entre espaço com o corpo, temos então a apropriação prática e simbólica, com seus significados, intervindo no seu uso. Logo, a criação da obra surge na ligação da prática social com a ação poética. Portanto, a capacidade criadora consolida-se no vínculo entre arte, técnica e suas representações. Conseqüentemente, o imaginário social urbano integra a atuação do urbanista.

Por isso, esta pesquisa insere-se no processo de interlocução multidisciplinar da arquitetura e urbanismo e o projeto arquitetônico moderno, com suas linguagens específicas, na busca do entendimento da relação tensa do edifício-cidade através de reflexões teórico-metodológicas e prática profissional num caminho da práxis e da função social do urbanista.

Outros encaminhamentos poderão ser seguidos e, este artigo apresenta essa perspectiva multidisciplinar da arquitetura e urbanismo, como uma forma de atuar e pensar a cidade e o urbano.

Referências Bibliográficas

ARTIGAS, VILANOVA. Função Social do Arquiteto. In: ARTIGAS, Rosa; LIRA, José T.C. (org.). Caminhos da arquitetura. São Paulo: Cosac Naify, 2004. p.181-231.

BALANDIER, G. Os dédalos da memória. In: O Dédalo. Para finalizar o século XX. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1999.

GUIMARÃES, Raul Borges. Espaço Urbano: Memória e Imaginário Social. Anotações de aula. Presidente Prudente: Programa de Pós-graduação em geografia- FCT/UNESP, 2005.

JODELET, Denise. A cidade e a memoria. In: DEL RIO, V ; DUARTE, C R; P A RHEINGANTZ, P A (Org.). Projeto do lugar- colaboração entre psicologia, arquitetura e urbanismo. Rio de Janeiro: PROARQ, 2002, p. 31-43.

LEFÈBVRE, Henry. O direito à cidade. São Paulo: Ed. Moraes, 1991.

LEMOS, Carlos A. C. “Arquitetura bancária e outras artes”. Revista Projeto, São Paulo, n.26, p.27-28, 1981

MOREIRA, R. . O racional e o simbólico na geografia. In: SOUZA, Maria Adelia de Souza, et al. (org.). O Novo Mapa do Mundo - natureza e sociedade: uma leitura geográfica. São Paulo: Hucitec, 1993.

SANTOS, Milton. Modernidade e memória. Folha de São Paulo, São Paulo 05 mar 1987, p.3

SILVA, Armando. Imaginários urbanos. São Paulo: Perspectiva, 2001.

SOBARZO MIÑO, Oscar Alfredo. Os espaços da sociabilidade segmentada: a produção do espaço público em Presidente Prudente. 2004. 221 f. Tese (Doutorado em Geografia) – Faculdade de Ciências e Tecnologia, Universidade Estadual Paulista, Presidente Prudente.

PINTAUDI, Silvana Maria. Cidade, cotidiano e imaginário. In DA SILVA, José Borzacchiello; COSTA, Maria Clélia Lustosa; DANTAS. Eustógio Wandeley Correia. A cidade e o urbano: temas para debate. Fortaleza: EUFC, 1997.

WITACKER, Arthur M. A produção do espaço urbano em Presidente Prudente: uma discussão sobre a centralidade urbana. Presidente Prudente: 1997 (Dissertação de Mestrado FCT/ UNESP). 318p.